



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO  
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

**TIPO DE AUDITORIA** : AUDITORIA DE GESTÃO  
**EXERCÍCIO** : 2010  
**PROCESSO N°** : 23007.002780/2011-29  
**UNIDADE AUDITADA** : 158092 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA  
**MUNICÍPIO - UF** : Cruz das Almas - BA  
**RELATÓRIO N°** : 201108968  
**UCI EXECUTORA** : CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA

Senhor Chefe da CGU-Regional/BA,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201108968, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo (a) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA.

## **I - INTRODUÇÃO**

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 21 a 25/03/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

2.1. Não foram realizadas as análises previstas no item 13, Parte A – Conteúdo Geral, Anexo III da Decisão Normativa TCU n.º 110/2010 (avaliação objetiva da posição patrimonial e financeira da entidade, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e a aderência às normas em vigor), conforme orientação contida no Ofício TCU/ADPLAN n.º 01/2011, de 13/01/2011.

## **II – RESULTADOS DOS TRABALHOS**

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-107/2010 e 110/2010.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames

realizados, efetuamos as seguintes análises:

#### 4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

Dentre o conjunto de Programas de Governo com Ações desenvolvidas pela UFRB, o de maior representatividade foi o 1073 - Brasil Universitário, contando com 93,67% dos recursos totais destinados à Entidade no exercício de 2010, permitindo o cumprimento das principais metas estabelecidas pela UJ para atingir seus objetivos estratégicos, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Das 22 (vinte e duas) Ações desenvolvidas pela Universidade, verificou-se que 13 delas tiveram execução igual ou superior a 100%. As três Ações com status de prioridade estabelecida na Lei de diretrizes Orçamentárias, conforme informação do Relatório de Gestão, apesar de não cumpridas em sua totalidade, obtiveram alto grau de execução, conforme demonstrado a seguir:

<b>Programa 1073 – Brasil Universitário *</b>			
<b>Ação 11EC – REUNI – Readequação da Infraestrutura da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.</b>			
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/Previsão(%)</b>
Física (vaga disponibilizada)	615	500	81,30%
Financeira	4.780.423	4.780.423	100,00%
<b>Ação 4009 – Funcionamento dos Cursos de Graduação.</b>			
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/Previsão(%)</b>
Física (aluno matriculado)	5217	5932	113,70%
Financeira	39.972.104	39.009.763	98,39%

As principais estratégias de atuação da Universidade no exercício foram a execução dos projetos de implantação da UFRB e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais (REUNI) e o provimento de infraestrutura de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão universitária.

No que se refere à implantação da UFRB, os projetos foram desenvolvidos nos campi localizados nos municípios de Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, com o provimento de infraestrutura, obras, instalações, recursos humanos e materiais permanentes para a implantação de novos cursos de graduação, ampliando as vagas disponibilizadas pela Universidade e garantindo efetivamente o acesso à população ao ensino público superior.

Em relação ao provimento de infraestrutura de pesquisa e extensão universitária, cabe destacar a gestão de captação de recursos de agentes financiadores, realizada durante o exercício, com vistas a aumentar o ingresso de transferências mediante convênios, parcerias e outros instrumentos (SESu/MEC, FNE/MEC, FNDC/MCT, CAPES, CNPq etc.). As transferências por meio de convênios e termos de cooperação técnica corresponderam a 5% do valor do orçamento disponibilizado (LOA 2010).

Além disso, a UFRB realizou parcerias com o governo federal (MEC, MDS, TEM, MDA, MCT), governo estadual (SECTI, SEMARH, SEAGRI, SSECULT) e governos municipais (Cruz das Almas, Maragogipe, Amargosa, Santo Antônio de Jesus, Mutuípe, Sapeaçu, Mangabeira, São Félix, Cachoeira e Muritiba) em projetos e atividades de atendimento à agricultura familiar, formação de gestores de cultura nos territórios, formação de gestores de cooperativas, formação de professores da rede pública de ensino básico e popularização da ciência, que resultaram em avanços significativos da extensão universitária.

Também foram positivos os resultados referentes à quantidade de alunos matriculados: alcance de 93% da meta estipulada para matrículas em cursos de graduação, de 146% do previsto para o ensino de pós-graduação e pesquisa.

Da análise da estratégica “Cursos de Graduação”, verificou-se alto nível de execução das metas “reduzir a taxa de evasão de alunos nos cursos” e “Aumentar o total de alunos matriculados nos cursos”, com realização de 95,2% e 89,5%, respectivamente. Tal desempenho pode ser reflexo das atividades realizadas nas áreas de Extensão Universitária e Atendimento aos Discentes e Políticas Afirmativas, onde a quase totalidade das metas tiveram nível de execução acima do planejado, a exemplo do aumento do número de alunos atendidos pelos Restaurantes Universitários; aumento da oferta de moradias nas Residências Universitárias; aumento de alunos com bolsas de extensão; aumento do número de professores, técnicos e alunos desenvolvendo atividades de extensão.

Em relação à área estratégica de administração, destacam-se como realizações mais importantes a execução de um diagnóstico situacional da administração, realização de inventário de bens adquiridos; informatização do sistema de bibliotecas; elaboração de projeto para implementação do serviço de vigilância eletrônica; início de elaboração de manual de rotinas e procedimentos das atividades desenvolvidas nos processos administrativos; regularização dos serviços de manutenção da frota; contratação de seguro de vida para os estudantes e estagiários vinculados à UFRB; intensificação do controle e acompanhamento dos processos de pagamentos das despesas decorrentes de contratos e redução de gastos com telefonia fixa.

#### 4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Não existem indicadores definidos para a unidade Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Apesar disso, elabora e acompanha os indicadores determinados pela Decisão TCU nº 408/2002.

#### 4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Da análise do Quadro 11 – Estrutura de controles internos da UJ do Relatório de Gestão, resultado da auto-avaliação procedida pela Unidade, verificou-se que esta considera possuir ambiente de controle efetivo, no entanto, necessitando de aprimoramentos, haja vista que os fundamentos, em sua maioria, são classificados como parcialmente aplicados no contexto da UFRB. De acordo com sua avaliação, a comunicação dentro da UJ não se mostra adequada e suficiente, bem como não se encontra em níveis satisfatórios a padronização e a formalização dos procedimentos e instruções operacionais. Relevante ainda mencionar a abstenção de conhecimento acerca da adequada informação sobre a responsabilidade que deve acompanhar as delegações de autoridade e competência.

Com relação à avaliação de risco, a Unidade reconhece que a gestão ainda não está baseada no gerenciamento de riscos, haja vista que a maioria dos fundamentos foram classificados como parcialmente inválidos na Gestão da UFRB, muito embora seus objetivos e metas estejam formalizados e sejam acompanhados por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). No que se refere ao controle sobre os bens e valores de responsabilidade da Unidade, apesar de inexistência de normas para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da Unidade, verificou-se que há regulamento em fase de aprovação por parte da administração superior. A elaboração do normativo apresenta-se como avanço da gestão.

Sobre os procedimentos de controle, a Unidade manteve-se neutra frente aos seus fundamentos, onde se avalia que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento na UJ. Apesar dos gestores da UFRB perceberem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade, desconhecem aspectos relativos aos procedimentos de controle. É de perceber, dessa forma, um descompasso entre o reconhecimento da importância da existência dos controles e o conhecimento dos controles efetuados na Unidade, cabendo falar-se em “descontrole do controle”, ou ao menos, desconhecimento do controle pela maior parte dos gestores da Universidade. No que

se refere ao acompanhamento das Ações de governo desenvolvidas pela UFRB, verificou-se que, embora a UFRB possua sistemática para atualização das informações gerenciais e de planejamento referentes aos Programas/Ações no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle/SIMEC, mantendo controle dos comprovantes da execução física das Ações, bem como procedendo ao acompanhamento entre a correspondência entre a realização da meta física e a financeira, não são adotadas medidas corretivas no caso de desvio no cumprimento das metas, bem como não há documentos/manuais que formalizem as atividades e procedimentos relacionados ao acompanhamento das Ações. No entanto, por meio do Ofício nº 32/2011-AUDINT, de 24/03/2011, a Chefe de Auditoria Interna informou que a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) deverá realizar no mês de abril/2011 a implementação dessas atividades, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional.

Quanto à informação e comunicação, a Unidade considera que essa dimensão é parcialmente atendida, no que se refere às informações relevantes. Em relação às demais informações, seus fundamentos foram considerados parcialmente inválidos. Percebe-se, portanto, a necessidade de aprimoramento da socialização das informações na Unidade, de forma a contribuir para a execução das responsabilidades de forma eficaz.

Em relação ao monitoramento do Sistema de Controle Interno (SCI), também a Unidade apresentou avaliação neutra, exceto à contribuição do sistema para a melhoria do seu desempenho, em que a avaliação foi tida como parcialmente válida para a UJ. Cabendo concluir pela não realização do monitoramento do sistema implementado.

#### 4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Não foram concedidas transferências voluntárias pela UJ no exercício de 2010.

#### 4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

Os exames foram efetuados nas contratações a seguir detalhadas:

<b>Tipo de Aquisição de bens/serviços</b>	<b>Valor no exercício</b>	<b>% sobre valor total</b>	<b>Montante auditado</b>	<b>% recursos auditados</b>
Dispensa	7.692.071,72	16,61	3.118.050,48	39,99
Inexigibilidade	879.428,20	1,90	298.523,09	33,95

Convite	Zero	Zero	Zero	Zero
Tomada de Preços	1.720.752,07	3,72	1.150.441,79	66,86
Concorrência	17.001.100,55	36,72	12.913.505,08	75,96
Pregão	19.011.238,04	41,06	6.867.517,96	36,12
Total	46.304.590,58	100,00	24.306.048,39	52,49

Nº da licitação	Contratada	Valor (R\$)	Oport. e Conveniênc. do motivo	Modalidade	Fundamento da Dispensa	Fundamento da Inexigibilidade
27/2010	SPSS Brasil Desenvolvimento e Comercialização de Software LTDA - 02.552.009/0001-30	218.637,00	Adequada	NA	NA	Adequado
29/2010	Centro de Produções Técnicas e Editora LTDA - 05.052.622/0001-87	22.212,36	Adequada	NA	NA	Adequado
18/2010	Consultre - Consultoria e Treinamento LTDA - 36.003.671/0001-53	1.790,00	Adequada	NA	NA	Adequado
15/2010	Consultre - Consultoria e Treinamento LTDA - 36.003.671/0001-53	1.980,00	Adequada	NA	NA	Adequado

22/2010	Consulte - Consultoria e Treinamento LTDA - 36.003.671/0001-53	15.100,00	Adequada	NA	NA	Adequado
779/2010	Olympus Optical do Brasil LTDA - 04.937.243/0001-01	41.990,01	Adequada	NA	Adequado	NA
121/2010	LOCRHON 32.624.116/0001-98	798.972,54	Adequada	NA	Adequado	NA
03/2010	Ibero Americana 07.777.800/0001-62	1.747.389,12	Adequada	NA	Adequado	NA
373/2010	Ibero Americana 07.777.800/0001-62	782.621,61	Adequada	NA	Adequado	NA
36/2010	LOCRHON 32.624.116/0001-98	431.077,20	Adequada	NA	Adequado	NA
TP 01/2010	C & R Engenharia LTDA - 03.279.509/0001-03	1.150.441,79	Adequada	Devida	-	-
TP 02/2010	C & R Engenharia LTDA - 03.279.509/0001-03	262.341,38	Adequada	Devida		
CP 05/2010	Ativa Engenharia LTDA - 05.542.871/0001-50	7.710.499,63	Adequada	Devida	-	-
CP 06/2010	Ativa Engenharia LTDA - 05.542.871/0001-50	5.240.253,93	Adequada	Devida	-	-
PE 512/2009	Auriga Informática e Serviços LTDA – 00.880.067/0001-68	1.243.336,00	Adequada	Devida	-	-

PE 17/2009	Use Móveis para Escritório LTDA – 01.927.184/0001-00	145.844,00	Adequada	Devida	-	-
PE 04/2010	Use Móveis para Escritório LTDA – 01.927.184/0001-00	90.042,00	Adequada	Devida	-	-
PE 42/2009	Prisma Consultoria e Serviços LTDA - 01.176.964/0001-58	1.233.878,66	Adequada	Devida	-	-
PE 05/2010	Iberoamericana Consultoria e Serviços LTDA - 00.080.287/0001-07		Adequada	Devida		
PE 31/2010	Total Locações LTDA – 04.646991/0001-35	465.501,00	Adequada	Devida	-	-
CV – Convite TP – Tomada de Preços CP – Concorrência Pública PP – Pregão Presencial PE – Pregão Eletrônico NA – Não se Aplica						

A seleção das dispensas a serem analisadas utilizou o critério dos processos de maior relevância durante o exercício de 2010. O valor expressivo das dispensas neste exercício se deu em decorrência do excessivo número de contratos de cessão de mão-de-obra rescindidos em 2010, com as empresas Conervadora Mundial e Prisma, para 4 contratos: motoristas, portaria, limpeza\conservação e outros cargos (digitador, cozinheira etc.). As rescisões ocorreram por conta de severos descumprimentos contratuais das duas empresas citadas acima, tendo sido considerado adequado, no entender dessa equipe de auditoria, a realização das dispensas, face a existência de licitação prévia (para 3 dos casos analisados) ou emergencialidade da situação, a partir da rescisão contratual (para os serviços de limpeza).



Pelos pontos arrolados nos relatórios, fica evidente a necessidade de melhor capacitação dos servidores que atuam na área de contratos, a fim de que não haja recorrência das falhas apontadas, além de maior integração entre parâmetros de fiscalização e itens das propostas apresentadas pelas empresas. Há também uma maior necessidade de dar condução mais célere para processos licitatórios que visam substituir contratos emergenciais celebrados pela universidade.

#### 4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

Tendo como objetivo avaliar a gestão de recursos humanos da Universidade Federal do Recôncavo, bem como identificar casos de exercício irregular de cargos e de percepção indevida de benefícios e vantagens, foram realizados pela CGU cruzamentos com dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), de modo a identificar situações onde houvesse prováveis irregularidades.

Do levantamento realizado pela CGU, foram elaboradas amostras, seguindo os critérios de materialidade, criticidade e relevância, bem como considerando ainda a capacidade operacional desta Regional.

Na tabela a seguir encontram-se os indicativos/indicadores analisados.

<b>Ocorrência</b>	<b>Quantidade de Casos Analisados</b>	<b>Quantidade de Casos c/ Problema</b>
Aposentados com mais de um vínculo	10	00
Ativo permanente com mais de um vínculo	01	00
Servidores aposentados e ativos	06	00
Servidores que percebem adicionais de periculosidade e Insalubridade	02	00

Servidores que perceberam auxílio transporte superior a R\$500,00	10	00
Servidores detentores de cargo de professor titular	04	00
Auxílio-alimentação com valores divergentes daqueles estabelecidos pelo MP	10	00
Pagamento de abono de permanência	10	00
Despesas de pessoal com exercícios anteriores	10	00
Processos de aposentadoria concedida no exercício de 2010	05	00
Servidores cedidos e requisitados	06	02
Processos para cadastramento de auxílio transporte em 2010	10	00
Fonte: SIAPE		

Apesar de ter encontrado apenas irregularidades em relação à trilha de servidores cedidos e requisitados, concernentes a: ressarcimentos; servidor cedido antes da publicação do ato administrativo; e prolongamento do exercício além do termo final previsto, sem a devida formalização no prazo hábil; salienta-se, o atraso, pela Instituição, na apuração de possível participação de servidores dessa Universidade na administração de sociedade empresária, conforme registro consignado pela CGU na Auditoria Anual de Contas referente ao exercício de 2008.

Verificou-se também uma expansão do número de servidores da Universidade nos últimos exercícios conforme tabela a seguir.

<b>DESPESAS COM FOLHA DE PESSOAL</b>						
Ano	Despesas folha	Quant. servidores	Cedidos	Requisitados	Temporários	Estagiários
2008	27.461.552,43	453	00	01	11	46
2009	40.376.734,06	657	02	03	12	31
2010	66.425.102,40	898	03	02	06	40

Fonte Of.62/2011-UFRB

Impende, também, informar que em relação ao quantitativo de servidores acima indicado na terceira coluna da tabela, nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, todos são ocupantes de cargo efetivo - estatutários.

A equipe de auditoria atribui a referida expansão com a folha de pessoal à fase de maturação da UFRB, uma vez que a Universidade foi criada recentemente, o que requer a implementação de novos cursos de graduação, e, por conseguinte, a contratação de novos servidores.

#### 4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

a) Análise sobre o cumprimento de determinações do TCU.

No exercício de 2010, foi exarado pelo Tribunal de Contas da União o Acórdão 4999/2010 - Segunda Câmara, tratando de conhecimento de Recurso de Reconsideração interposto pela Gerência Regional do Patrimônio da União na Bahia - GRPU/BA, dando-lhe provimento no mérito, de forma a tornar insubsistente o subitem 1.5.6 do Acórdão nº 2.920/2009-2ª Câmara e alterar o subitem 1.5.4 do mesmo decisum, para que tenha a seguinte redação:

“Determinar à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que, nos termos do Decreto-Lei nº 200/1967 e demais normas aplicáveis, regularize a situação das 38 unidades habitacionais situadas na antiga Escola de Agronomia da UFBA, adotando a solução adequada (cobrança de aluguel, água e energia elétrica e/ou desocupação do imóvel etc.), com base nas informações que ela própria apurar, no que tange à avaliação dos valores locativos e venais dos imóveis e à solução a ser aplicada a cada caso.”

Em que pese a UFRB não ter cumprido na totalidade a determinação do TCU, percebe-se que foram tomadas providências no sentido de atender àquele Tribunal, conforme informação constante no Quadro 118 – “Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício”, constante do Relatório de Gestão: “já foram desocupados 09 imóveis funcionais, restando 29 que continuam sendo utilizados por servidores da universidade. Estes realizam pagamento de uma Taxa de Ocupação, referente à ocupação dos imóveis. A taxa terá seu valor atualizado no exercício 2011, visto que todos os imóveis serão reavaliados. Quanto à cobrança pela utilização de água e energia elétrica, está sendo verificado, através de estudos, a possibilidade de cobrança de um determinado valor referente ao consumo de energia elétrica por imóvel. Com relação ao consumo de água, grande parte dos imóveis citados utiliza cisternas.”

b) Análise sobre o cumprimento de determinações da CGU.

Apesar do esforço empreendido pela Entidade em atender às recomendações emanadas desta CGU, percebe-se a manutenção de falhas no exercício de 2010, a exemplo:

- Falta de pontualidade no adimplemento de obrigações correlacionadas ao reembolso da remuneração de servidor público federal cedido.
- Pendências na adoção de providências relativas ao controle dos bens móveis da Universidade.
- Atraso na realização de apurações relativas à gestão de pessoal e à possível participação de servidores da Universidade na gerência ou administração de sociedades privadas.
- Pendências na adoção de providências quanto à revisão das Bonificações e Despesas Indiretas contidas nos contratos de empresas vencedoras de licitação de obras.

c) Análise sobre o cumprimento de determinações da Auditoria Interna.

As recomendações decorrentes dos trabalhos da auditoria interna da Unidade, objeto de exame pela CGU, foram atendidas.

#### 4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Não houve passivos sem a conseqüente previsão orçamentária.

#### 4.9 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

As inscrições em Restos a Pagar relacionadas ao exercício de 2010 foram analisadas conforme

demonstrado no quadro a seguir, sendo que não foram identificadas inconsistências:

Restos a Pagar	Inscritos em 2010 (A)	Analisados (B)	Percentual (B)/(A) Analisado
Processados	72.393,98	10.221,25	14,11
Não Processados	30.673.187,87	18.661.301,38	60,83

#### 4.10 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

A UFRB não procedeu a Chamamento Público no exercício sob exame.

#### 4.11 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

Foi verificado o atendimento, pela UJ, da Lei nº 12.309/2010, que estabelece a obrigatoriedade de registro das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

#### 4.12 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

A UJ possui controles internos (fluxos/rotinas) instituídos na UJ para cobrar e dar tratamento a entrega das Declarações de Bens e Rendas no exercício em exame, bem como sobre o atendimento da Lei 8.730/93, que estabelece a obrigatoriedade da apresentação da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos ou funções de confiança.

#### 4.13 Avaliação da Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços

A UFRB não adota, de forma usual, na aquisição de bens e serviços, critérios de sustentabilidade ambiental. Não ocorre separação de resíduos recicláveis descartados, bem como não há preocupação em destinar esses resíduos para associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

#### 4.14 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia possui sob sua responsabilidade 12 imóveis de uso especial, sendo 7 (sete) de propriedade da União e 5 (cinco) locados de terceiros, todos localizados no país, conforme quadro a seguir:

Localização	Quantidade total de imóveis de uso especial sob a responsabilidade da UJ	
	2009	2010
Brasil	12	12
Exterior	-	-

Verificou-se que a totalidade desses bens não possuem registro no SPIUnet, situação justificada pela Unidade em função das limitações de estrutura e recursos humanos disponíveis, sendo que a mesma deverá designar e capacitar um servidor para tal fim.

Em relação aos controles internos da Universidade referentes aos bens imóveis, foram verificadas fragilidades, conforme os aspectos a seguir elencados:

- a) Ausência de inventário de bens imóveis;
- b) Ausência de processo de trabalho referente à gestão de bens imóveis;
- c) Ausência de Plano de Manutenção Predial (em fase de elaboração);
- d) Ausência de rotina para programação e acompanhamento da manutenção dos imóveis;
- e) Ausência de rotinas com o objetivo de diagnosticar periodicamente a situação em que se encontram os imóveis, de forma a identificar possíveis problemas e propor soluções (há concurso público em andamento, onde consta provimento de vagas com o perfil técnico necessário).

Contudo, a UFRB conta setor específico responsável pela gestão de bens imóveis. Em relação à manutenção, há um núcleo, lotado na Superintendência de Implantação e Planejamento do Espaço Físico – SIPEF, que atua no apoio e controle dos serviços prestados pela empresa contratada para tal fim. Cabe registrar que é o SIPEF que mantém os dados referentes ao levantamento dos bens imóveis, uma vez que a Entidade não possui o inventário.

#### 4.15 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

Verificou-se que a UFRB ainda não desenvolveu um planejamento estratégico de TI., bem como

não instituiu um Comitê Diretivo de TI que determine as prioridades de investimento e alocação de recursos nos diversos projetos e ações de TI.

Na UFRB não existe uma área específica para lidar estrategicamente com segurança da informação na Entidade (Comitê Gestor de Segurança da Informação), nem há uma Política de Segurança da Informação -PSI.

#### 4.16 Conteúdo Específico

A Unidade procedeu ao cálculo dos indicadores conforme estipulado na Decisão TCU nº 408/2002, tendo apresentado os resultados em série temporal dos cinco últimos exercícios. Como forma de conferir maior segurança ao resultado dos indicadores, encontra-se em fase de implementação sistema que coletará os dados necessários ao seu cálculo.

No que se refere à relação de projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio, verificou-se que a UFRB manteve, no exercício de 2010, quatro contratos firmados com a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX), sendo que dois ainda permanecem em execução.

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

### **III - CONCLUSÃO**

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Salvador/BA, 22 de junho de 2011.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**CERTIFICADO DE AUDITORIA**

**CERTIFICADO N°** : 201108968  
**UNIDADE AUDITADA** : 158092 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA  
**EXERCÍCIO** : 2010  
**PROCESSO N°** : 23007.002780/2011-29  
**MUNICÍPIO - UF** : Cruz das Almas - BA

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de **01/01/2010 a 31/12/2010**.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. A partir dos exames realizados, as seguintes constatações, que estão detalhadas no respectivo Relatório de Auditoria, impactaram de forma relevante a gestão da unidade examinada, sendo necessária a atuação e acompanhamento das providências preventivas e/ou corretivas por parte dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010:

- 6.1.2.1 Pagamentos realizados a maior junto à empresa Lochron.
- 6.1.2.2 Sobrepreço no valor dos serviços relativos ao contrato emergencial assinado com a empresa Lochron.
- 6.1.2.3 Assinatura de contrato emergencial em virtude de morosidade na abertura de processo licitatório. Assinatura de novo contrato emergencial com empresa impetrante de recurso durante a realização da licitação para substituição do antigo contrato emergencial.
- 6.2.2.2 Superfaturamento, no valor de R\$21.798,37, e superestimativa, no valor de R\$113.099,42, de serviços nas obras de construção das unidades de apoio acadêmico no campus de Cruz das Almas (Concorrência nº 05/2009).
- 6.2.2.3 Execução da edificação com encurtamento transversal, resultando em área menor que a prevista no projeto licitado (redução total de área útil das duas edificações de 28,60 m<sup>2</sup>).



- 6.2.2.4 Execução de obra em desconformidade com as especificações técnicas.
- 6.2.2.5 Inconsistência entre medições e diários de obras.
  
- 6.2.2.8 Superfaturamento de serviços na obra do Hospital Veterinário.
- 6.2.2.12 Inexecução de serviços na obra do pavilhão de aulas em Amargosa.

4. Assim, em função dos exames aplicados sobre os escopos selecionados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108968, proponho que o encaminhamento das contas dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 seja como indicado a seguir, em função da existência de nexos de causalidade entre os atos de gestão de cada agente e as constatações a seguir especificadas:

4.1 Agentes com proposta de encaminhamento pela gestão **REGULAR COM RESSALVAS**:

<b>Cargo</b>	<b>Constatação</b>
Pro Reitora de Administração no período de 16/1/2010 até 31/12/2010	6.1.2.3

5. Esclareço que os demais agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 que não foram explicitamente mencionados neste certificado têm, por parte deste órgão de controle interno, encaminhamento para julgamento proposto pela **regularidade** da gestão, tendo em vista a não identificação de nexos de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos referidos agentes.

6. Ademais, esclareço ainda que no caso da(s) constatação(ões) referida(s) no(s) item(s) 6.1.2.1, 6.1.2.2, 6.2.2.2, 6.2.2.3, 6.2.2.4, 6.2.2.5, 6.2.2.8, 6.2.2.12 do Relatório de Auditoria, constante no item 3 deste Certificado, não foi identificado nexos de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010.

Salvador/BA, 12 de julho de 2011

---

ANTONIO VEIGA ARGOLLO NETO  
Chefe da Controladoria Regional da União na Bahia



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO Nº : 201108968  
EXERCÍCIO : 2010  
PROCESSO Nº : 23007.002780/2011-29  
UNIDADE AUDITADA : 158092 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RECONCAVO DA BAHIA  
MUNICÍPIO - UF : Cruz das Almas - BA

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. No que diz respeito ao cumprimento das Ações Governamentais sob a responsabilidade da Unidade, destacam-se os resultados obtidos na realização do Programa/Ação 1073/4009 – Brasil Universitário/Funcionamento de Cursos de Graduação, visto que o quantitativo de alunos matriculados previsto para 2010 foi superado em 14%, mediante execução de 99% dos recursos orçados.

3. As principais constatações, oriundas dos trabalhos de Auditoria de Avaliação da Gestão do exercício de 2010, referem-se a deficiências na realização dos processos licitatórios e na execução dos contratos de obras.

4. Dentre as causas estruturantes das constatações identificadas, pode-se citar fragilidades nos controles internos e baixa capacitação dos servidores da área de gestão de bens e suprimentos. Foram recomendados à Unidade o ressarcimento ao erário de valores pagos indevidamente e o aperfeiçoamento das rotinas das áreas de licitação e de fiscalização dos contratos.

5. Em relação às recomendações formuladas pela Controladoria-Geral da União referentes às contas do exercício de 2009, constatou-se que apenas 46% foram atendidas, e as restantes,

relacionadas à área de recursos humanos e ao controle de bens móveis, serão acompanhadas por meio do Plano de Providências Permanente.

6. O Sistema de Controle Interno da UJ carece de aperfeiçoamento, sendo necessária melhoria nos aspectos de ambiente de controle, comunicação, avaliação de riscos, monitoramento e procedimentos de controle. Para melhor acompanhamento das ações finalísticas a cargo da Unidade, verificou-se a necessidade da implementação de medidas corretivas nos casos de desvio no cumprimento das metas, bem como da elaboração de documentos/manuais que formalizem as atividades e procedimentos.

7. No que diz respeito a práticas administrativas que tenham resultado em impacto positivo sobre as operações da UJ, destacam-se: execução de um diagnóstico situacional da administração; informatização do sistema de bibliotecas; início de elaboração do manual de rotinas e procedimentos das atividades administrativas e intensificação do controle e acompanhamento do pagamento das despesas decorrentes de contratos.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 14 de julho de 2011

---

SANDRA MARIA DEUD BRUM  
DIRETORA DE AUDITORIA DA ÁREA SOCIAL - SUBSTITUTA